

HABEAS CORPUS Nº 493.415 - SP (2019/0042645-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA BOIATI - SP207765
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEZISLAINE PRISCILA BORBA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **JEZISLAINE PRISCILA BORBA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na origem, constata-se o indeferimento do pedido de livramento condicional.

Em sede de agravo em execução interposto pela defesa, o TJSP negou-lhe provimento.

Neste *writ*, alega a impetrante, em síntese, inidoneidade da fundamentação, ante a consideração, equívoca, de não preenchimento do requisito temporal, pois desconsiderada a Súmula 441/STJ, fixando-se a data da última falta disciplinar de natureza grave como marco (30/9/2016). Em relação a essa falta, determinou-se a ausência do requisito subjetivo, tudo de forma a afastar direito da paciente ao livramento condicional.

Requer, liminarmente e no mérito, a reforma do acórdão.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Após, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator